



GT 021. Antropologia e tecnociência: teorias, métodos e perspectivas

Fabiola Rohden (UFRGS) - Coordenador/a, Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - Coordenador/a, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Debatedor/a, Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Guilherme José da Silva e Sá (Departamento de Antropologia - UnB) - Debatedor/a)

O objetivo deste GT é promover a discussão sobre as interfaces entre ciência, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produção antropológica contemporânea. Dessa forma, busca ampliar o espaço de discussão do campo da Antropologia da Ciência e da Tecnologia, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na intenção de refletir sobre as perspectivas dessas investigações para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicalização, práticas de produção de conhecimento em laboratórios e as interfaces entre conhecimentos científicos e não científicos têm sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, questões como as relações entre humanos-não humanos (dentro e fora de instituições científicas), redes de produção de ciência e tecnologia e as interações entre "nós" e cosmologias não ocidentais vêm dando cada vez mais densidade à reflexão antropológica. Ao lado da renovação dos temas de pesquisa, antropólogos/as envolvidos com a tecnociência vêm também ajudando a reconstruir teorias. Seja na crítica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, temas como associações, performactivity e políticas ontológicas vêm ganhando terreno na análise social, com forte participação de antropólogos/as e do método etnográfico. O GT buscará reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflexão sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cenário de reflexões.

Encriptando denúncias e revelando opressões: a internet enquanto plataforma para denúncias de violências de gênero e a agenda ciberfeminista

Autoria: Flora Villas Carvalho

Este work é parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (ICV) pela UFMG. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, tem como objetivo entender como a internet tem servido nos últimos anos enquanto uma plataforma de denúncias de assédios e violências de gênero no Brasil e qual o papel dos ciberfeminismos neste cenário. Com a utilização de meios virtuais para apontamento de violências de gênero, as campanhas e movimentos das hashtags #meuamigosecreto e #meuprimeiroassédio, apesar de importantes para o movimento feminista, estiveram perpassadas por um perigoso problema: a exposição das denunciantes, uma vez que as denúncias eram feitas em seus perfis pessoais com todos os seus dados disponíveis junto à denúncia e, por outro lado, a preservação da identidade dos agressores pelo medo das retaliações. No entanto, não são poucos os casos de mulheres que sofreram e sofrem com as retaliações por parte destes homens e os processos legais de difamação e calúnia. A questão então é como preservar a identidade, a segurança e os dados destas mulheres que querem denunciar seus agressores e assediadores? Esta questão é central para vários coletivos e sites ciberfeministas que tentam criar espaços virtuais e programas seguros para mulheres, construindo uma agenda coletiva que discuta feminismos e suas lutas, articulando-as com as discussões de vigilância na internet e segurança de dados. Isto, pois a solução oferecida muitas vezes pelos governos é de combater os crimes de violências contra a mulher (dentro e fora da internet) através de um processo de diminuição da proteção de dados e identidades na internet e de combate às redes de navegação anônima. No entanto,



estas ciberfeministas defendem que este tipo de estratégia, além de pouco eficaz, vai contra as propostas e lutas por uma internet menos vigiada, menos regulatória e mais segura para todxs, especialmente as mulheres. Além disso, defendem ainda a internet enquanto um potente espaço de luta e disputas de poder e discursos que deve ser ocupado. Desta forma, a pesquisa se desenvolve em três partes: levantamento e análise de campanhas virtuais como o #meuamigosecreto e #meuprimeiroassédio através do Facebook e do twitter, avaliando também seus ganhos, repercussões e as problemáticas que levantam por serem formas não-anônimas de denúncia pela internet; levantamento e análise dos coletivos e plataformas ciberfeministas que discutem as violências de gênero e suas denúncias através da internet; avaliação do crescimento das formas de violência virtuais de gênero e, por outro lado, das técnicas de denúncias e investigação destes crimes por parte de coletivos autônomos, que funcionam como formas de resistência a este movimento crescente.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

